



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transformação Digital
Gabinete do Secretário

Acordo de Cooperação Técnica Nº 3/2024

Processo nº SEI-430001/001623/2023

Unidade Gestora: SETD

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SECRETARIA DE ESTADO DE
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SETD) E
O CENTRO DE TECNOLOGIA DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(PRODERJ), PARA UTILIZAÇÃO DO
PROGRAMA ACADEMIA PRODERJ NO
ÂMBITO DO PROGRAMA RJDIGITAL-
MUNICÍPIOS, NA FORMA ABAIXO:**

PARTÍCIPE 1: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, inscrita no CNPJ sob o nº 50.046.958/0001-91, com sede na Rua da Conceição, n.º 69, 25º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20051-011, neste ato representada por seu Secretário de Estado, JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR, carteira de identidade nº 20416347-1 (DIC/RJ), inscrito no CPF sob o nº 021.755.857-78, doravante denominada **SETD**.

PARTÍCIPE 2: CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, autarquia estadual vinculada à SETD, inscrito no CNPJ sob o nº 30.121.578/0001-67, com sede na Rua da Conceição, n.º 69, 24º e 25º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20051-011, neste ato representado por seu Presidente, FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA, carteira de identidade nº 522123-4 (Marinha do Brasil), inscrito no CPF sob o nº 000.803.557-14, nos termos do ato de delegação conforme Decretos Estaduais de 08 de julho de 2022, publicados no DOERJ n.º 124-A, daqui por diante designado **PRODERJ**.

Os PARTÍCIPEs supracitados ajustam e por este instrumento celebram **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACT) PARA POSSIBILITAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARTICIPAREM DO PROGRAMA ACADEMIA PRODERJ (PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO)**, doravante denominado simplesmente “Acordo”, que será regido de forma incondicional e irrestrita pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e demais legislações específicas aplicáveis, em especial: a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Emenda Constitucional nº 85/2015, Lei Federal nº 10.973/2004, Lei Federal nº 13.243/2016, Decreto Federal nº 9.283/2018 e Lei Federal nº 8.958/1994); a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) e com direcionamento do Parecer nº 15/2013, da Advocacia Geral da União (AGU), no que couber; bem como, pelo Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira de Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por interesse mútuo a capacitação dos servidores públicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro, que assinaram o Termo de Adesão ao PROGRAMA RJDIGITAL MUNICÍPIOS, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por meio do Programa Academia PRODERJ. As vagas disponibilizadas para ocupação desses servidores públicos municipais serão as que não forem preenchidas previamente pelos servidores estaduais do estado do Rio de Janeiro.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do Objeto pactuado, os PARTÍCIPES obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como, toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados contidos acatam os PARTÍCIPES.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades comuns dos PARTÍCIPES:

- a) Observar todos os princípios que regem a administração pública, em especial, os previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, no desenvolvimento de todas as suas ações no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica;
- b) Elaborar o Plano de Trabalho relativo ao Objeto deste Acordo;
- c) Executar as ações Objeto deste Acordo, assim como, monitorar os resultados;
- d) Designar representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- e) Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro PARTÍCIPE, quando da execução deste Acordo;
- f) Analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- g) Cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- h) Permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como, aos elementos de sua execução;
- i) Fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- j) Colaborar, de acordo com os critérios elencados no Plano de Trabalho, para que este Acordo alcance os objetivos nele descritos;
- k) Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso;
- l) Observar os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e
- m) Dar transparência à execução do Plano de Trabalho e permitir o monitoramento célere dos serviços prestados.

Subcláusula Primeira. Os PARTÍCIPES concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

Subcláusula Segunda. As operações efetuadas sobre os dados pessoais deverão ser realizadas em observância

restrita à finalidade específica que se pretende alcançar, sendo vedado qualquer tratamento para escopo diverso sem prévia ciência e anuência dos PARTÍCIPIES envolvidos neste Acordo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SETD

Para viabilizar o Objeto deste instrumento, são responsabilidades da SETD:

- a) Realizar, junto aos representantes dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que aderiram ao “Programa RJ DIGITAL Municípios”, a divulgação das vagas e os cursos de extensão do Programa Academia PRODERJ, podendo utilizar a mesma arte que o PRODERJ utiliza para sua divulgação;
- b) Reunir as informações dos servidores municipais interessados em participar dos cursos de extensão do Programa Academia PRODERJ, contendo as seguintes informações:
 - I. Nome;
 - II. Sexo;
 - III. CPF;
 - IV. E-mail, preferencialmente, o institucional (do órgão municipal);
 - V. Data de nascimento;
 - VI. Celular com DDD;
 - VII. Endereço completo (CEP, Bairro, Cidade e UF);
 - VIII. ID/Matrícula no Município;
 - IX. Cargo/função;
 - X. Área de atuação; e
 - XI. Órgão municipal em que trabalha.
- c) Fornecer planilha eletrônica editável contendo as informações da alínea "b" de cada um dos servidores públicos municipais indicados, podendo elencar, quando houver, sua ordem de prioridade;
- d) Enviar a relação citada na alínea anterior ao PRODERJ/Diretoria de Assuntos Estratégicos (DIRAE), via e-mail academiaproderj@proderj.rj.gov.br, com o texto no assunto do e-mail “Relação dos servidores municipais para inscrição no curso (*nome do curso de extensão*)”, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o último dia, exclusive, de inscrição do respectivo curso de extensão;
- e) Armazenar os dados pessoais coletados de forma segura e controlada, permitindo acesso restrito apenas aos servidores envolvidos na execução do Acordo;
- f) Adotar mecanismos de segurança, técnicos e administrativos, como a criptografia, aptos a garantir a tutela dos dados pessoais compartilhados nos moldes da alínea "d"; e
- g) Não tratar os dados pessoais enumerados na alínea "b" para finalidades diversas no contido neste Acordo.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PRODERJ

Para viabilizar o Objeto deste instrumento, são responsabilidades do PRODERJ:

- a) Atuar junto a uma instituição de ensino que promova a formação técnica e humana, na área de TIC, por intermédio do Programa Academia PRODERJ, doravante denominada Parceira Acadêmica; na análise e seleção dos alunos dos municípios do estado do Rio de Janeiro, conforme relação recebida da SETD, consideradas as vagas ociosas de cada curso de extensão;
- b) Registrar em processo específico e único, no Sistema Eletrônico de Informações do Estado do Rio de Janeiro (SEI-RJ), todas as atividades relacionadas que porventura possam dificultar ou impedir a fiel execução deste Acordo, a fim de fornecer as condições necessárias ao desenvolvimento das ações pactuadas;

- c) Prestar informações tempestivas e pertinentes à SETD, relacionadas aos cursos de extensões, quando solicitadas;
- d) Informar à SETD, por meio do *e-mail* rjdigitalmunicipios@digital.rj.gov.br, o cronograma didático do Programa Academia PRODERJ – Projetos do Ano A (corrente) e A+1 (seguinte);
- e) Armazenar os dados pessoais coletados de forma segura e controlada, permitindo acesso restrito apenas aos servidores envolvidos na execução do Acordo;
- f) Alterar os dados pessoais coletados apenas por meio de planilha atualizada enviada pela SETD;
- g) Não compartilhar a relação de dados pessoais cadastrais enviada pela SETD com outros órgãos, entidades ou terceiros, externos à execução do objeto; e
- h) Não tratar os dados pessoais enumerados na alínea "b" da CLÁUSULA QUARTA para finalidades diversas no contido neste Acordo.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da celebração do presente acordo, cada PARTÍCIPE designará formalmente, mediante Resolução/Portaria, preferencialmente, servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

Subcláusula Primeira. Competirá aos designados: estabelecer a comunicação com o outro PARTÍCIPE; transmitir e receber solicitações; marcar reuniões; e documentar todas as comunicações.

Subcláusula Segunda. Competirá ao servidor designado para a função de Gestor do presente Acordo, e do respectivo Plano de Trabalho, além das atribuições previstas na subcláusula anterior, o desempenho da função de encarregado dos dados pessoais a que os PARTÍCIPEs tenham acesso, por força da execução do objeto.

Subcláusula Terceira. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro PARTÍCIPE, no prazo de até 15 (quinze) dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL

Não haverá transferência de recursos financeiros entre os PARTÍCIPEs para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

As despesas necessárias à plena consecução do Objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos PARTÍCIPEs.

Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos PARTÍCIPEs quaisquer remunerações por esses.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPEs, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro PARTÍCIPE.

As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no Acordo e por prazo determinado.

9. CLÁUSULA NONA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA

Todos os dados, técnicas, tecnologia, *know-how*, marcas, patentes e quaisquer outros bens ou direitos de propriedade intelectual de um PARTÍCIPE, que este venha a utilizar para execução do Projeto, continuarão a ser de sua propriedade exclusiva, não podendo o outro PARTÍCIPE cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los ou empregá-los em quaisquer outros projetos ou sob qualquer outra forma sem o prévio consentimento escrito do seu proprietário.

Todo desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, deverá ter a sua propriedade compartilhada entre os PARTÍCIPEs, na mesma proporção em que cada instituição contribuiu com recursos humanos, além do conhecimento pré-existente aplicado, conforme previsto no art. 9º, § 3º, da Lei Federal nº 10.973/2004.

Eventuais impedimentos de um dos PARTÍCIPEs não prejudicarão a titularidade e/ou a exploração dos direitos da Propriedade Intelectual pelos demais.

Os PARTÍCIPEs devem assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e que a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos autorais, patentes ou outros direitos intelectuais, assim como, direitos de terceiros.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS

Os PARTÍCIPEs adotarão todas as medidas necessárias para proteger o sigilo das Informações Confidenciais recebidas em função da celebração, desenvolvimento e execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, inclusive, na adoção de medidas que assegurem a tramitação do processo, não as divulgando a terceiros, sem a prévia e escrita autorização do outro PARTÍCIPE.

Os PARTÍCIPEs informarão aos seus funcionários e demais colaboradores que necessitem ter acesso às informações e conhecimentos, que envolvem à consecução do Objeto deste Acordo, as obrigações legais de sigilo assumidas, responsabilizando-se integralmente por eventuais infrações que estes possam cometer.

Os PARTÍCIPEs farão com que cada pessoa de sua organização, ou sob o seu controle, que receba Informações Sigilosas, assumam o compromisso de confidencialidade, por meio da assinatura de Termo de Confidencialidade.

Não haverá violação das obrigações de Confidencialidade, previstas neste Acordo de Cooperação Técnica, nas seguintes hipóteses:

- a) Informações técnicas ou comerciais que já sejam do conhecimento dos PARTÍCIPEs na data da divulgação, ou que tenham sido comprovadamente desenvolvidas de maneira independente e sem relação com o Acordo pelos PARTÍCIPEs que a revele;
- b) Informações técnicas ou comerciais que sejam ou se tornem de domínio público, sem culpa dos PARTÍCIPEs;
- c) Qualquer informação que tenha sido revelada somente em termos gerais não será considerada de conhecimento ou domínio público; e
- d) Revelação expressamente autorizada, por escrito, pelos PARTÍCIPEs.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONFORMIDADE COM AS LEIS ANTICORRUPÇÃO

Os PARTÍCIPEs deverão tomar todas as medidas necessárias, observados os princípios de integridade pública, e de acordo com as boas práticas da gestão, para cumprir e assegurar que seus conselheiros, diretores, empregados, bem como, qualquer agente atuando em seu nome, inclusive prepostos e subcontratados, quando houver (todos doravante referidos como “Partes Relacionadas”), obedecerão a todas as leis aplicáveis, incluindo aquelas relativas ao combate à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, bem como, as relativas a

sanções econômicas, vigentes nas jurisdições em que os PARTÍCIPIES estão constituídos e na jurisdição em que o Acordo de Cooperação Técnica será cumprido (se diferentes), para impedir qualquer atividade fraudulenta por si ou por uma Parte Relacionada com relação ao cumprimento deste Acordo de Cooperação Técnica.

Um PARTÍCIPE deverá notificar imediatamente ao outro PARTÍCIPE sobre qualquer eventual suspeita ou indício de fraude que tenha ocorrido, esteja ocorrendo ou provavelmente ocorrerá, para que sejam tomadas as medidas necessárias à apuração.

Os PARTÍCIPIES obrigam-se a observar rigidamente as condições contidas nos itens abaixo, sob pena de imediata e justificada rescisão do vínculo deste Acordo.

Os PARTÍCIPIES declaram-se cientes de que seus Departamentos Jurídicos e/ou advogados contratados estão autorizados, em caso de práticas que atentem contra os preceitos desta cláusula, a solicitar a imediata abertura dos procedimentos criminais, cíveis e administrativos cabíveis à cada hipótese:

- a) Os PARTÍCIPIES não poderão, em hipótese alguma, dar ou oferecer qualquer tipo de presente, viagens, vantagens a qualquer empregado, servidor, preposto ou diretor do outro PARTÍCIPE, especialmente, àqueles responsáveis pela fiscalização do presente Acordo. Será admitida, apenas, em épocas específicas, a entrega de brindes, tais como, canetas, agendas, folhinhas, cadernos etc;
- b) Os PARTÍCIPIES somente poderão representar uns aos outros perante órgãos públicos quando devidamente autorizados para tal, seja no corpo do próprio Acordo, seja mediante autorização prévia, expressa e escrita de seu representante com poderes para assim proceder;
- c) Os PARTÍCIPIES e seus prepostos, quando agirem em nome ou defendendo interesses deste Acordo perante órgãos, autoridades ou agentes públicos, não poderão dar, receber ou oferecer quaisquer presentes, vantagens ou favores a agentes públicos, sobretudo, no intuito de obter qualquer tipo de favorecimento para os PARTÍCIPIES;
- d) Os PARTÍCIPIES, quando agirem em nome ou defendendo seus interesses, não poderão fornecer informações sigilosas a terceiros ou a agentes públicos, mesmo que isso venha a facilitar, de alguma forma, o cumprimento deste Acordo; e
- e) Os PARTÍCIPIES, ao tomar conhecimento de que algum de seus prepostos descumpriram as premissas e obrigações acima pactuadas, denunciarão espontaneamente o fato, de forma que, juntas, elaborem e executem um plano de ação para: **(i)** afastar o preposto imediatamente; **(ii)** evitar que tais atos se repitam; e **(iii)** garantir que o Acordo tenha condições de continuar vigente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 12 (doze) meses, a partir da publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado por até 2 (dois) períodos iguais.

Subcláusula Única. A prorrogação deste Acordo de Cooperação Técnica dar-se-á por termo aditivo a ser proposto por qualquer dos PARTÍCIPIES, mediante pedido acompanhado de justificativa circunstanciada, e aceitação mútua das partes, antes do termo final do prazo de vigência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante Termo Aditivo, desde que mantido o seu objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ENCERRAMENTO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os PARTÍCIPIES tenham até então firmado Termo Aditivo para renová-lo, ou pela execução integral do objeto acordado;

- b) por denúncia de qualquer dos PARTÍCIPIES, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) por rescisão bilateral decorrente de consenso dos PARTÍCIPIES antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que inviabilize a execução do objeto.

Subcláusula Primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos PARTÍCIPIES fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula Segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos PARTÍCIPIES.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

Dar-se-á a resolução unilateral do presente Acordo de Cooperação Técnica, a qualquer tempo, se qualquer dos PARTÍCIPIES, justificadamente, mediante comunicação formal com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, apontar o descumprimento de obrigação que inviabilize o alcance do resultado pretendido.

O presente instrumento poderá ser ainda rescindido por consenso dos PARTÍCIPIES, devidamente formalizado, antes do advento do termo final de vigência.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Transformação Digital, sendo esta condição indispensável para sua eficácia no prazo de até 20 (vinte) dias corridos da sua assinatura. Ambos os PARTÍCIPIES deverão publicar o presente ato no seu respectivo sítio oficial da Administração Pública Estadual na *internet*.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os PARTÍCIPIES deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos após o encerramento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPIES, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Fica eleito o Foro do Estado do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente acordo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu Anexo Único, o presente Acordo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

Pelo PARTÍCIPE 1:

JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR

SECRETÁRIO DE ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Pelo PARTÍCIPE 2:

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA

PRESIDENTE

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO ÚNICO

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPE 1: Secretaria de Estado de Transformação Digital - SETD

CNPJ: 50.046.958/0001-91

Endereço: Rua da Conceição, nº 69, 25º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.051-011

DDD/Fone: (21) 2333-0025

Esfera Administrativa: Estadual

Nome do responsável: JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR

CPF: 021.755.857-78

RG: 20416347-1 - Órgão expedidor: DIC/RJ

Cargo/função: Secretário de Estado

PARTÍCIPE 2: Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ

CNPJ: 30.121.578/0001-67

Endereço: Rua da Conceição, nº 69, 24º e 25º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.051-011

DDD/Fone: (21) 2333-0234

Esfera Administrativa: Estadual

Nome do responsável: FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA

CPF: 000.803.557-14

RG: 522123-4 - Órgão expedidor: Marinha do Brasil

Cargo/função: Presidente

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: Participação dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Rio de Janeiro no Programa de Capacitação em Tecnologia da Informação e Comunicação - PROGRAMA ACADEMIA PRODERJ. As vagas disponibilizadas para ocupação desses servidores municipais serão as que não forem preenchidas previamente pelos servidores estaduais do estado do Rio de Janeiro.

Cursos de Especialização de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Planejamento e Gestão.

PROCESSO nº: SEI-430001/001623/2023

Data da assinatura: a mesma data da assinatura eletrônica deste Plano de Trabalho.

3. ABRANGÊNCIA

O Programa Academia PRODERJ se destina aos servidores públicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro que assinaram o Termo de Adesão ao Programa RJDigital Municípios.

4. JUSTIFICATIVA

A Lei Estadual nº10.181/2023, no seu art. 9º, descreve o objetivo da Secretaria de Estado de Transformação Digital como colocar a tecnologia à serviço da população, integrando os serviços dos diversos órgãos de maneira digital, segura e eficiente. Dessa forma, oferecer um serviço qualificado com servidores capacitados é primordial para que tal objetivo seja cumprido com êxito.

Ante o exposto, o presente Plano de Trabalho visa atender à necessidade da Secretaria de Estado de Transformação Digital do Rio de Janeiro de capacitar, de forma estruturada e organizada, os servidores públicos municipais, na temática Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC).

Por fim, visando à melhoria contínua dos serviços públicos dos municípios que integram o estado do Rio de Janeiro, esses servidores serão capacitados em áreas do conhecimento essenciais para a implantação do Governo Digital, corroborando para excelência e qualificação dos serviços.

5. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

5.1 - GERAL:

A Academia PRODERJ objetiva aumentar a qualidade dos serviços TIC do estado do Rio de Janeiro, por meio de cursos voltados para os servidores públicos estaduais nas áreas relevantes a TIC. Dessa forma, a cooperação mútua entre os PARTÍCIPES deste Plano de Trabalho permite alcançar, de forma mais estruturada, para além dos servidores estaduais, também os servidores municipais do estado do Rio de Janeiro, atingindo-se, assim, um número maior de servidores, de maneira que o Estado possa atender de forma mais efetiva e eficiente as demandas do cidadão.

5.2 - ESPECÍFICOS:

- a) Atender a demanda de capacitação advinda da Secretaria de Estado de Transformação Digital do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Elevar o nível de qualificação dos servidores dos municípios do estado do Rio de Janeiro, que assinaram o Termo de Adesão ao PROGRAMA RJDIGITAL MUNICÍPIOS; e
- c) Estabelecer uma capacitação mais robusta aos servidores responsáveis pela TIC dos municípios e, conseqüentemente, uma melhor prestação de serviços de TIC para o cidadão.

6. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

6.1 Para viabilizar o Objeto deste instrumento, são responsabilidades comuns dos PARTÍCIPES:

- a) Observar todos os princípios que regem a administração pública, em especial os previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, no desenvolvimento de todas as ações contidas neste Acordo de Cooperação Técnica;
- b) Executar as ações advindas do Objeto deste Plano de Trabalho, assim como, monitorar os resultados;
- c) Designar representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- e) Analisar resultados parciais, reformulando metas, quando necessário, ao atingimento dos resultados;
- f) Cumprir as atribuições próprias, conforme definido no instrumento e respeitadas suas competências normativas;
- g) Permitir o livre acesso à agentes da administração pública (controle interno e externo), à todos os documentos relacionados ao Acordo, assim como, aos elementos de sua execução;
- h) Fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- i) Colaborar, de acordo com os critérios elencados deste Plano de Trabalho, para que o Acordo de Cooperação Técnica alcance os objetivos nele descritos;
- j) Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso; e
- k) Observar os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo.

6.2 Para viabilizar o Objeto deste instrumento, são responsabilidades da SETD:

- a) Divulgar para os servidores públicos dos órgãos dos municípios do Rio de Janeiro, que achar pertinente, os cursos de extensão do Programa Academia PRODERJ, podendo utilizar a mesma arte que o PRODERJ utiliza para sua divulgação;
- b) Realizar inscrição dos servidores municipais interessados em participar dos cursos de extensões do Programa Academia PRODERJ, contendo as seguintes informações:
 - 1. Nome;
 - 2. Sexo;
 - 3. CPF;
 - 4. E-mail, preferencialmente, o institucional (do órgão municipal);
 - 5. Data de nascimento;
 - 6. Celular com DDD;

7. Endereço completo (CEP, Bairro, Cidade e UF);
8. ID/Matrícula no Município;
9. Cargo/função;
10. Área de atuação; e
11. Órgão municipal em que trabalha.

c) Fornecer planilha eletrônica editável contendo as informações da alínea "b" deste subitem, de cada um dos servidores públicos municipais indicados, podendo elencar, quando houver, sua ordem de prioridade; e

d) Enviar a relação citada no item anterior ao PRODERJ/Diretoria de Assuntos Estratégicos (DIRAE), via e-mail academiaproderj@proderj.rj.gov.br, com o texto no assunto do e-mail "Relação dos servidores municipais para inscrição no curso (*nome do curso de extensão*)", no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o último dia, exclusive, de inscrição do respectivo curso de extensão.

6.3 Para viabilizar o Objeto deste instrumento, são responsabilidades do PRODERJ:

a) Atuar junto a uma instituição de ensino que promova a formação técnica e humana, na área de TIC, por intermédio do Programa Academia PRODERJ, doravante denominada Parceira Acadêmica; na análise e seleção dos alunos dos municípios do estado do Rio de Janeiro, conforme relação recebida da SETD, consideradas as vagas ociosas de cada curso de extensão;

b) Registrar em processo específico e único, no Sistema Eletrônico de Informações do Estado do Rio de Janeiro (SEI-RJ), SEI-430001/001623/2023, todas as atividades relacionadas que dificultarão ou impedirão a fiel execução deste Acordo;

c) Prestar informações pertinentes aos cursos de extensões para a SETD, quando solicitadas; e

d) Informar à SETD, por meio do e-mail rjdigitalmunicipios@digital.rj.gov.br, o cronograma didático do Programa Academia PRODERJ – Projetos do Ano A (corrente) e A+1 (seguinte).

7. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA

Todos os dados, técnicas, tecnologia, *know-how*, marcas, patentes e quaisquer outros bens ou direitos de propriedade intelectual de um PARTÍCIPE, que este venha a utilizar para execução do Projeto, continuarão a ser de sua propriedade exclusiva, não podendo o outro PARTÍCIPE cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los ou empregá-los em quaisquer outros projetos ou sob qualquer outra forma sem o prévio consentimento escrito do seu proprietário.

Todo desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, deverá ter a sua propriedade compartilhada entre os PARTÍCIPEs, na mesma proporção em que cada instituição contribuiu com recursos humanos, além do conhecimento pré-existente aplicado, conforme previsto no art. 9º, § 3º, da Lei Federal nº 10.973/2004.

Eventuais impedimentos de um dos PARTÍCIPEs não prejudicarão a titularidade e/ou a exploração dos direitos da Propriedade Intelectual pelos demais.

Os PARTÍCIPEs devem assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e que a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos autorais, patentes ou outros direitos intelectuais, assim como, direitos de terceiros.

8. DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS

Os PARTÍCIPEs adotarão todas as medidas necessárias para proteger o sigilo das Informações Confidenciais recebidas em função da celebração, desenvolvimento e execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, inclusive, na adoção de medidas que assegurem a tramitação do processo, não as divulgando a terceiros, sem a prévia e escrita autorização do outro PARTÍCIPE.

Os PARTÍCIPES informarão aos seus funcionários e demais colaboradores que necessitem ter acesso às informações e conhecimentos, que envolvem à consecução do Objeto deste Acordo, as obrigações legais de sigilo assumidas, responsabilizando-se integralmente por eventuais infrações que estes possam cometer.

Os PARTÍCIPES farão com que cada pessoa de sua organização, ou sob o seu controle, que receba Informações Sigilosas, assumam o compromisso de confidencialidade, por meio da assinatura de Termo de Confidencialidade.

Não haverá violação das obrigações de Confidencialidade, previstas neste Acordo de Cooperação Técnica nas seguintes hipóteses:

- a) Informações técnicas ou comerciais que já sejam do conhecimento dos PARTÍCIPES na data da divulgação, ou que tenham sido comprovadamente desenvolvidas de maneira independente e sem relação com o Acordo pelos PARTÍCIPES que a revele;
- b) Informações técnicas ou comerciais que sejam ou se tornem de domínio público, sem culpa dos PARTÍCIPES;
- c) Qualquer informação que tenha sido revelada somente em termos gerais não será considerada de conhecimento ou domínio público; e
- d) Revelação expressamente autorizada, por escrito, pelos PARTÍCIPES.

9. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E DO PRESENTE PLANO DE TRABALHO

As seguintes informações deverão constar em ato de nomeação da SETD e do PRODERJ, devendo serem acostados ao Processo nº SEI-430001/001623/2023, inclusive com a edição do ato no DOERJ.

Unidade responsável	<<Razão Social>>
Gestor do ACT	<<Nome>>
Cargo	<<Cargo>>
Ato de Nomeação	<<Resolução (SETD) / Portaria (PRODERJ)>>

10. RESULTADOS ESPERADOS

- I) Capacitar, na proporção das vagas ociosas do Programa Academia PRODERJ, os servidores dos municípios aderentes ao Programa RJ DIGITAL Municípios, nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- II) Promover a maturidade digital dos Municípios aderentes ao programa RJ DIGITAL Municípios;
- III) Fomentar a transformação digital na Administração Pública municipal; e
- IV) Difundir a cultura de Governo Digital na oferta de serviços públicos nos municípios aderentes ao Programa RJ DIGITAL Municípios.

11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA (METAS, ETAPAS OU FASES)

As aulas dos cursos de extensão disponibilizados pela SETD aos servidores dos municípios, que assinaram o Termo de Adesão ao Programa RJDigital Municípios, ocorrerão, respectivamente, nos turnos da manhã, sendo a maior oferta no turno da noite, em formato síncrono por meio de Plataforma indicada pelo PRODERJ. O cronograma didático será inserido, *a posteriori*, no Processo nº SEI-430001/001623/2023, após a fase de finalização e ajustes orçamentários, do Projeto do ano corrente da Academia PRODERJ. No

cronograma didático serão evidenciadas as fases, etapas e cursos disponibilizados.

APÊNDICE ÚNICO: CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (doc. SEI 69160555)

Pelo PARTÍCIPE 1:

JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR

SECRETÁRIO DE ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Pelo PARTÍCIPE 2:

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA

PRESIDENTE

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Documento assinado eletronicamente por **José Mauro de Farias Junior, Secretário**, em 11/03/2024, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, Presidente**, em 11/03/2024, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **69802802** e o código CRC **15F085A9**.